



Exmo. Senhor Secretário de Estado da Energia

Dr. Jorge Seguro Sanches

Braga, 13 de Novembro de 2017

Assunto: Pedido de atribuição de concessão de exploração de depósitos minerais na sequência de prospeção e pesquisa (contrato nº MN/PP/046/12)

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Energia,

A LUSORECURSOS, LDA., sociedade comercial por quotas, com sede em Calçada de Real, nº 22, 4700-290 Braga, com o n.º de telefone e fax 253 677146, vem, nos termos do nº 1 do Artigo 16º do Decreto-Lei nº 88/90 de 16 de Março e ao abrigo do contrato de prospeção e pesquisa celebrado em 07 de dezembro de 2012 (área de Sepeda), de que é titular, requerer a V. Ex.^a a concessão de exploração de depósitos minerais de volfrâmio, estanho e lítio relativamente à área com 843ha, situada nas freguesias de Morgade e Sarraquinhos, concelho de Montalegre, distrito de Vila Real, e delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas no sistema PT-TM06 ETRS89 (European Terrestrial Reference System 1989), são:

VERTICE	MERIDIANA	PERPENDICULAR
Bloco A		
1	33365,73	231429,15
2	32831,88	231196,45
3	32640,24	230785,79
4	32872,94	230183,49
5	32872,94	229321,12
6	33461,55	228349,24
7	34077,53	228130,27
8	35076,79	227883,83

9	34707,20	229896,03
10	34364,98	230936,36
11	35227,36	231004,80
12	35131,54	231607,09
13	34214,41	231401,77
14	34187,04	231415,46
15	33557,37	232113,57

Bloco B

1	37728,85	239141,28
2	36935,59	238628,28
3	38173,03	236939,83
3	38923,45	237236,67

O depósito mineral de Sepeda é caracterizado sucintamente do seguinte modo:

Em termos geológicos a região de Sepeda localiza-se na Zona de Galiza Média Trás-os-Montes (ZGTM). A ZGTM é cavalgante sobre os terrenos autóctones da Zona Centro Ibérica e caracteriza-se pela sobreposição de unidades estruturais com carácter alóctone e/ou parautoctone (mantos ou escamas), separadas por planos de carreamento. Com base em critérios litoestratigráficos, estruturais e metamórficos, é possível distinguir na ZGTM dois grandes domínios principais: (1) Domínio xistoso da ZGTM (parautoctone) ou Complexo de Mantos Parautoctones (CPM) e; (2) Domínio dos complexos alóctones. Na ZGTM afloram rochas com idades compreendidas entre o Pré-câmbrico e o Devónico.

De acordo com a cartografia geológica à escala 1:50.000 (6-B Chaves; Teixeira, 1969), os litótipos inseridos no bloco A designam-se por xistos metamórficos e grafitosos ao passo que a sequência predominante do bloco B é relativa a xistos andaluzíticos com algumas intercalações de filões de quartzo.

Na área correspondente ao bloco A, os xistos metamórficos são intruídos por importantes corpos de natureza aplitopegmatítica que ocorrem sob a forma de filões. Nestes, estão contidas importantes ocorrências anómalas de minérios que albergam elementos químicos de elevado interesse económico (espodumena - lítio; petalite - lítio; lepidolite - lítio; amblygonite/montebrazite - lítio; cassiterite - estanho; volframite - volfrâmio/tungsténio; columbite - nióbio; tantalite - tântalo).

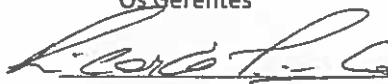
Para responsável pela futura direção técnica da exploração propomos o seguinte técnico: Eng^o José Carlos Dias Ferreira Miranda Coelho.

Junta os elementos seguintes:

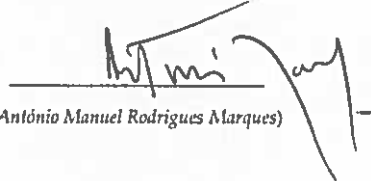
1. Certidão do ato constitutivo da entidade para a qual é requerida a concessão, ou o seu projeto, no caso de ainda não se encontrar constituída, bem como, sendo caso disso, a relação dos sócios e corpos gerentes, com indicação do capital social subscrito e realizado ou forma prevista para a sua realização;
2. Termo de responsabilidade do diretor técnico e respetivo currículo com comprovativo da respetiva inscrição na DGEG;
3. Relatório pormenorizado com a descrição do depósito mineral e peças desenhadas necessárias à sua boa interpretação;
4. Planta topográfica, à escala 1:10 000, reportada a dois marcos geodésicos, com implantação dos trabalhos realizados e demarcação pretendida;
5. Plano de Mina constituído por 3 componentes: Plano de Lavra com a descrição das instalações mineralúrgicas, Plano de Segurança e Saúde e Plano Ambiental de Recuperação Paisagística com a descrição das medidas de antipoluição e de recuperação de terrenos a adotar, quando for caso disso;
6. Estudo da pré-viabilidade da exploração;
7. Comprovativo do pagamento do último IRC liquidado;
8. Prova de se encontrar regularizada a situação contributiva perante a Segurança Social;
9. Requerimento comprovativo do pedido de parecer prévio a que se refere o nº 1 do Art.º 23º do Decreto-lei nº 73/2009 de 31 de Março (Reserva Agrícola Nacional) ou certificado de que a área de exploração a ocupar para fins mineiros, (área do Plano de Lavra), não se encontra situada em zona da RAN, os quais são emitidos pela Entidade Regional da RAN em que se situa o pedido de concessão;
10. Cópia das plantas de ordenamento e condicionantes dos Planos Directores Municipais dos Concelhos envolvidos.

Pede deferimento,

Os Gerentes



(Ricardo Miguel da Costa Pinheiro)



(António Manuel Rodrigues Marques)